

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

**MOEDA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL:
UM LEVANTAMENTO DAS PRÁTICAS REALIZADAS NO TERRITÓRIO
NACIONAL¹**

**SOCIAL COIN AS A LOCAL DEVELOPMENT INSTRUMENT: A SURVEY OF
PRACTICES CARRIED OUT IN THE NATIONAL TERRITORY**

André Vinícios Koltermann Maturana², Luiza Gaiger Da Costa³, Romualdo Kohler⁴

¹ Projeto de pesquisa realizado no curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional - UNIJUI

² Bolsista CAPES, Mestrando em Desenvolvimento Regional da Unijui.

³ Bolsista Pibic/CNPQ, aluna do curso de Ciências Econômicas da Unijui

⁴ Professor do Curso de Ciências Econômicas/PPGDR - UNIJUI - Graduação em Administração de Empresas, Ciências Jurídicas e Sociais e Ciências Econômicas, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Doutorado em Administração pela Universidad Nacional de Misiones/Argentina.

As experiências de economia solidária podem ser associadas a um conjunto de alternativas que possuem como objetivo melhorar a vida da população de um determinado local. Esse objetivo, que pode ser estimulado e realizado com o apoio de entidades da sociedade civil, do poder público ou da própria comunidade organizada, ao longo das últimas décadas, tem assumido diferentes estratégias de ação (RIGO, 2014). O processo de inclusão financeira realizado por instituições não bancárias através do acesso ao crédito tem sido visto como uma dessas estratégias. De acordo com Carvalho e Abramovay (2004), há incapacidade ou desinteresse do sistema financeiro formal em atender a população mais pobre, ainda segundo os autores, as organizações locais teriam a capacidade de se inserirem na teia de relações locais e oferecer produtos e serviços financeiros mais adequados a esse público.

No Brasil, as práticas de finanças solidárias que atuam nesse espaço são desenvolvidas pelos bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) que facilitam o acesso ao crédito e oferecem outros serviços financeiros aos moradores locais. Essas práticas associativas se fundamentam em relações de proximidade, confiança e de solidariedade. Raposo (2014) comenta que no âmbito da sua atuação no território, os bancos comunitários criam e utilizam “moedas sociais” circulantes locais. Essas moedas sociais são os mecanismos mais estratégicos e emblemáticos da sua ação; desempenham papel econômico ao estimularem o consumo no território e a circulação interna da riqueza.

Desta forma, o presente artigo possui como objetivo despertar a atenção da população em geral sobre como pode-se utilizar de moeda social como ferramenta para o desenvolvimento local. Neste sentido buscou-se no primeiro momento, realizar um resgate teórico a fim de conceituar e caracterizar moeda social e banco comunitário de desenvolvimento. Na segunda parte do exercício se realizou um levantamento das práticas já implantadas no território Nacional.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

Metodologia

Quanto ao delineamento, o presente estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa bibliográfica, assim conceituada por Gil (1999, p. 29) “é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”. Após o levantamento de bibliografia acerca do tema as informações coletadas a respeito das práticas realizadas no território Nacional serão sistematizadas e apresentadas em forma de quadro.

Resultados e discussões

O conceito de desenvolvimento sempre esteve próximo ao conceito de crescimento econômico, vinculado à ideia de progresso. Na segunda metade do século XX, o modelo de desenvolvimento neoliberal passou a ditar a dinâmica econômica global, baseado na austeridade orçamentária, privatizações, liberalização dos mercados, acirrando o ritmo de desigualdade entre os países que buscavam o aumento da capacidade produtiva. Assim, a forma de utilização dos recursos e dos meios de produção começa a se confundir com a razão de ser do sistema produtivo que emergido na civilização industrial, associou a ideia de crescimento econômico a desenvolvimento (FURTADO, 1961).

Singer (1982) considera crescimento como um processo de expansão quantitativa, comum nos sistemas relativamente estáveis dos países industrializados, enquanto o desenvolvimento é um processo de transformações qualitativas dos sistemas econômicos que prevalecem nos países subdesenvolvidos.

Para Albuquerque (2004), a abordagem do desenvolvimento econômico local destaca, fundamentalmente a base nas características gerais e locais de um determinado território. Raposo (2014) destaca que desde 2003, a política de desenvolvimento territorial do governo federal objetiva promover o desenvolvimento territorial sustentável com base nos princípios da economia solidária (autogestão, cooperação, solidariedade).

Para Gaiger (2004), a economia solidária pode ser considerada uma alternativa de sobrevivência e de produção dos meios de vida, antagônica ao capitalismo, pois se estrutura a partir da organização associativa dos trabalhadores. Gaiger (2004) ainda destaca que a economia solidária trata-se de um modelo de desenvolvimento comprometido com os interesses das classes populares. Singer (2002) ressalta que a economia solidária se configura em uma alternativa às relações de trabalho capitalistas, considerando-a uma nova forma de produzir que age nas brechas do capitalismo, e de certa forma, o complementa.

Pode-se associar Economia Solidária à um conjunto de alternativas que possuem como objetivo melhorar a vida da população de um determinado local. O processo de inclusão financeira realizado por instituições não bancárias através do acesso ao crédito tem sido visto como uma dessas estratégias.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

As práticas de finanças solidárias que atuam nesse espaço são desenvolvidas pelos bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) que facilitam o acesso ao crédito e oferecem outros serviços financeiros aos moradores locais, fundamentados em relações de proximidade, confiança e de solidariedade. Raposo (2014) comenta que no âmbito da sua atuação no território, os bancos comunitários criam e utilizam “moedas sociais” circulantes locais. Essas moedas sociais são os mecanismos mais estratégicos e emblemáticos da sua ação; desempenham papel econômico ao estimularem o consumo no território e a circulação interna da riqueza.

Para França Filho e Silva Junior (2009), os Bancos comunitários de Desenvolvimento podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares de territórios com baixo índice de desenvolvimento humano. Ainda segundo os autores, esses bancos se estruturam a partir de “dinâmicas associativas locais” e se apoiam a uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território que atuam. Para Passos (2007), o conceito de Banco Comunitário carrega a dimensão do desenvolvimento local em suas diversas dimensões.

França Filho e Silva Junior (2009) concluem que o maior objetivo e compromisso do Banco Comunitário é com a construção de redes locais de economia solidaria, através da articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais.

Segundo Albuquerque (2003), deve-se entender como moeda social o instrumento de confiança utilizado por um grupo de pessoas que exerce as funções de unidade valorativa, que pode circular livremente em uma comunidade e é aceita como forma de pagamento.

Lisboa e Faustino (2006) argumentam que o uso da moeda social como circulante local numa comunidade tem o poder de desfazer o círculo vicioso da pobreza e da miséria, o qual em grande parte é decorrente da escassez de moeda, como meio de pagamento, que inibe a produção e circulação da riqueza. Além de desenvolver a economia local, a utilização da moeda social circulante local com perspectiva de continuidade e aceitação, fortifica a proximidade entre as pessoas ao estabelecer vínculos baseados na confiança e na reciprocidade.

Desde o ano de 1998, quando surgiu o primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento no Brasil, o Banco Palmas, situado no Conjunto Habitacional Palmeira em Fortaleza- CE, foram criados mais 107 iniciativas de Finanças Solidárias com os mesmos moldes. Observa-se uma maior concentração das práticas de Finanças solidárias por meio de Bancos Comunitários de desenvolvimento nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Desta forma 14,8% dos Bancos Comunitários registrados estão localizados na Região Norte do País. Na região Nordeste do Brasil encontram-se registrados 49% dos Bancos Comunitários Nacionais. Representando estas duas regiões um percentual de 63,8% do total Nacional de Bancos Comunitários. Os outros 36,2% estão divididos nas demais regiões da seguinte forma: 9,4% na região Centro-oeste; 24% na região Sudeste e 2,8% na região Sul. Conforme apresentado na Figura 01.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXVI Seminário de Iniciação Científica

ALBUQUERQUE, F. Desarrollo económico local y descentralización em America Latina. **Revista de la Cepal**, n. 82, p. 157-171, abr, 2004.

COELHO, F. D. Finanças solidárias. In: CATTANI, Antônio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 153-164.

FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JÚNIOR, J. T.; RIGO, A. S. Solidarity finance through community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 500-515, Sept. 2012.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do livro. 1974.

GAIGER, L. I. (org.). (2004), Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre, editora da UFRGS.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LISBOA, A. M.; FAUSTINO, A. V. Trocas solidárias, moeda e espiritualidade. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 4, NESOL/USP. São Paulo, 2006. **Anais do...** São Paulo: Nesol/USP, 2006.

PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran. **Estudo exploratório em bancos comunitários: conceitos, características e sustentabilidade**. 2007, 140 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RAPOSO, J. G. Banco comunitário de desenvolvimento Jardim Botânico: Gestão Social Comunitária e Desenvolvimento Local. 2014. 138 f. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes) - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba.

RIGO, A. S. Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas. 2014. 344 f. **Tese** (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81-126.